timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO X PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 104 SETEMBRO 1994

UM ENCONTRO DE AMIGOS

O segundo encontro de "reconciliação" ocorrido em Londres trouxe poucas novidades. Permitiu, porém, revelar com mais clareza o posicionamento dos vários intervenientes.

Embora nem sempre seja evidente aos menos atentos, uma análise retrospectiva mostra-nos que a Indonésia tem sido forçada nos últimos anos a cedências significativas na frente diplomática. Assim, foi sucessivamente levada a aceitar, em primeiro lugar, a existência dum conflito em Timor Leste (o que durante muito tempo negou); depois, o carácter não exclusivamente interno desse conflito; posteriormente, a necessidade de uma solução negociada; por fim, que os timorenses são parte interessada nessas negociações. Uma evolução notável, obtida essencialmente à custa do esforço e sacrifício dos próprios timorenses.

Sendo hoje um dado incontornável a entrada dos timorenses no processo negocial, a necessidade de criar e credibilizar interlocutores, supostamente situados no campo timorense, que lhe sejam favoráveis, tornou-se uma das prioridades da actual estratégia indonésia. A prisão do comandante Xanana Gusmão, chefe indiscutível da Resistência, por enquanto impedido de participar no processo, facilitou esta manobra. A promoção dos encontros de "reconciliação" serve fundamentalmente este objectivo indonésio de dar corpo a "alternativas" que lhe possam ser úteis no futuro e de lhes dar crédito aos olhos da opinião pública e dos decisores políticos. O ex-dirigente da Fretilin, Abílio Araújo, desempenha neste plano um importante papel.

CONTRADIÇÕES INTERNAS

Habitualmente o regime indonésio é-nos apresentado como um exemplo de solidez e monolitismo. Por vezes fazem-se distinções entre os "falcões" (invariavelmente os militares) e as "pombas" (os sectores civilistas). Na realidade, a questão de Timor Leste atravessa hoje a sociedade indonésia de maneira tão profunda e transversal, que se nos revelam clivagens bem mais complexas.

É possível, por exemplo, que o local escolhido para os dois encontros não seja um acaso e que tenha antes a ver com o facto de o embaixador indonésio em Londres ser um irmão do Ministro da Tecnologia, J. Habibie, protegido e intimo de Suharto e eventual candidato à sucessão presidencial. O que poderia dar força à interpretação feita em certos círculos de que o Ministro Alatas estaria por fora ou mesmo contra a reunião, vista como um projecto pessoal de Tutut Shuarto (seguramente com a bênção do pai).

Na própria elite pró-integracionista timorense há divergências de opiniões quanto ao alcance e utilidade destes encontros. Alguns elementos da administração local que tinham estado presentes na reunião anterior afastaram-se ou foram afastados desta. Houve críticas públicas, como as do deputado ao DPR (Parlamento de Jacarta) Salvador Ximenes, que apesar de participar se pronunciou a favor do alargamento da mesma a todos os sectores timorenses, incluindo os anti-indonésios. A ausência do padre Francisco Fernandes, presente em Dezembro, foi também entendida como um sinal de distanciamento da Igreja em relação ao processo.

O OVO DE GARUDA

A posição da Resistência face a estes encontros foi desde o início de total rejeição. Em mensagem enviada em Setembro à solidariedade australiana, Xanana Gusmão reafirma essa postura, classificando os protagonistas do encontro de "*trunfos da diplomacia indonésia*" e de "*ovo de garuda* [ave mitológica da cultura indonésia] *de Alatas*". Também o dirigente do CNRM no exterior, Ramos Horta, se esforçou por desvalorizar o encontro, considerando-o um "*não aconteci-*

neste número:

LONDRES: ENCONTRO DE AMIGOS

AS MANIFESTAÇÕES EM MEDAN

VI JORNADAS DA UP

mento" e criticando qualquer possível presença de representantes das Nações Unidas.

O certo é que a ONU se fez mesmo representar em Londres. O comunicado que o porta-voz de Boutros-Ghali divulgou na altura esclarece os termos dessa presença, a título de observador, afirmando o S.G. que "*é o inicio de uma série de consultas*" e que "*tenciona prosseguir consultas análogas com outros timorenses não presentes*".

Resumidamente, a ONU não desautorizou totalmente o encontro (como gostaria a Resistência), mas também não o considerou (como quereria a Indonésia) a forma privilegiada de concretização do ponto 8 do Comunicado do encontro ministerial Alatas/Barroso de 6 de Maio, em Genebra, relativo a "*um diálogo intra-timorense, sem discriminações*". Parece pois ter a ONU o seu próprio plano de abordagem da questão. Resta ver como irá, no futuro, conduzir este difícil processo de consultas com as partes.

OBRIGADO PELA INVASÃO!

Quanto às conclusões do encontro propriamente dito, elas são bastante mais explícitas que as do anterior e desfazem quaisquer dúvidas que pudessem existir em relação ao posicionamento dos participantes, nomeadamente os ditos "dirigentes no exterior". Entre os mimos literários constantes do comunicado final encontram-se referências à "*trágica guerra civil de 1975*" (a invasão indonésia é descrita como "*envolvimento a pedido*") e ao "*apreço e encorajamento*" pela política indonésia de desenvolvimento e de promoção dos direitos humanos.

Em sítio algum se reconhece a gravidade da situação dos direitos humanos. Não há qualquer menção ao massacre de Santa Cruz. Nunca se fala no livre acesso ao território por parte de observadores, organizações humanitárias ou de direitos humanos.

Em contrapartida são feitas solicitações piedosas a Jacarta, tais como a necessidade de ser dada uma "*consideração especial*" à administração local e de serem introduzidas nas escolas disciplinas que contribuam para a salvaguarda dos valores culturais.

Quando há "exigências" mais ousadas, descobre-se que elas são na realidade distorcidas e recuadas. Por exemplo, ao pedir a libertação dos presos timorenses, omite-se o termo "rápida", que constava na resolução da ONU aceite pela própria Indonésia. Fala-se em redução da presença militar em Timor, o que seria uma novidade interessante, mas diz-se que será "*a continuação*" da actual (na mesma semana em que o chefe militar de Timor Leste afirma em entrevista à BBC que não estão previstas reduções).

INDONÉSIA

AS MANIFESTAÇÕES EM MEDAN

Dirigentes e activistas sindicais estão a ser levados a tribunal. Mas tais medidas repressivas apenas adiam a resolução do problema da liberdade sindical na Indonésia.

As autoridades indonésias estão a levar à barra dos seus tribunais alguns dos principais dirigentes e activistas do movimento sindical independente, acusando-os de serem os instigadores dos confrontos que acompanharam as grandes manifestações de Abril deste ano no Norte da Sumatra.

Será oportuno recordar o que a *Human Rights Watch/Asia*, uma ONG norte-americana de defesa dos direitos humanos, escreveu a propósito daqueles acontecimentos.

PARA EVITAR A VIOLÊNCIA

"*Durante uma semana, com início a 14 de Abril de 1994, dezenas de milhares de trabalhadores encheram as ruas de Medan - a terceira maior cidade da Indonésia - e de outras cidades do Norte da Sumatra, exigindo maiores salários, melhores benefícios e liberdade de associação.*

As manifestações adquiriram destaque pela sua dimensão (tendo uma delas chegado a reunir cerca de 30.000 trabalhadores, só em Medan) e porque, em 15 de Abril, degenerou em violência anti-chinesa, tendo tido como consequência a morte de um [empresário] *chinês e ferimentos noutros dois.*

Mas, enquanto a atenção dos meios de comunicação se concentrou no elemento étnico, a mensagem importante dos acontecimentos de Medan é a necessidade urgente de o governo da Indonésia resolver as questões dos direitos dos trabalhadores, se se quiser evitar mais violência. Talvez a questão mais importante a este respeito seja a liberdade de associação, de modo a que os trabalhadores possam canalizar responsavelmente as suas muitas e acumuladas insatisfações através de organizações representativas, nas quais depositem confiança. Sem tais mecanismos, é certo que a situação laboral continuará explosiva. Contudo, a resposta do governo, em fins de Abril, foi colocar toda a responsabilidade da violência sobre o sindicato independente, Serikat Buruh Sejahtera Indonesia *ou SBSI (Sindicato Indonésio para a Prosperidade Laboral), cujo ramo de Medan tinha ajudado a organizar a manifestação de 14 de Abril. Por altura de 1 de Maio, toda a direcção do ramo de Medan estava na prisão. Ao mesmo tempo, aumentavam as provas de que a violência tinha sido incitada por elementos estranhos ao SBSI.*"

INSATISFAÇÃO CRESCENTE

"*Os motins de Medan não foram uma explosão repentina e inesperada. Há já vários anos que a agitação laboral tem vindo a crescer por todo o país, mais particularmente em Java e Sumatra.*

Um dos factores foi o desenvolvimento rápido da indústria virada para a exportação, especialmente de produtos como sapatos, têxteis e vestuário, e a concentração de muitas fábricas na mesma área, o que facilitou a comunicação entre os trabalhadores. A área à volta de Jacarta, Bogor, Tangerang e Bekasi na parte ocidental de Java era uma dessas concentrações, mas o aparecimento de parques industriais com dezenas de fábricas, tal como o Parque Industrial de Medan, tornou-se cada vez mais comum noutros pontos do país.

Um segundo factor foi a consciência crescente dos trabalhadores daquilo a que tinham direito à luz da lei indonésia, graças aos esforços das organizações não-governamentais (ONG) e à banalização da informação sobre questões laborais na imprensa indonésia.

Por último, as próprias acções do governo, como por exemplo o aumento do salário mínimo, em resposta à pressão interna e internacional, mostrando aos trabalhadores que eles poderiam alcançar resultados se se organizassem e fizessem exigências.

Contudo, vários outros factores levaram ao aumento em quantidade e intensidade das disputas laborais nos primeiros quatro meses de 1994. (...)."

TERRENO PARTICULARMENTE FÉRTIL

"Os esforços organizativos do SBSI encontraram um terreno particularmente fértil no Norte da Sumatra. Muchtar Pakpahan, o seu presidente, (...) tinha trabalhado em estreita ligação com a Igreja Protestante Batak (Huria Kristen Batak Protestan *ou HKBP), a maior congregação cristã na Indonésia com mais de 2 milhões de membros. As três figuras-chave do ramo de Medan do SBSI, agora presos, tinham desenvolvido uma forte actividade, nestes 2 últimos anos, com as ONG de direitos laborais ligadas informalmente à HKBP. A HKBP não só forneceu uma rede de contactos já organizada, mas também as facções rivais dentro da HKBP tinham-se empenhado na mobilização das suas hostes durante os últimos 18 meses em que o SBSI se afirmou.*

Contudo, o crescimento rápido da SBSI na região deveu-se só em parte a esta rede bem estabelecida. Teve também a ver com o descontentamento dos trabalhadores, que se tornou particularmente intenso em Medan e nos seus subúrbios, porque as diferenças entre os trabalhadores e os donos das fábricas eram demasiado evidentes - com estes últimos a viver no centro da cidade com os seus BMW e Mercedes e os trabalhadores a viver em bairros de lata nos subúrbios.

Intensa foi também durante este período a publicidade dada ao caso de Marsinah, uma jovem activista laboral assassinada em Maio de 1993 em Java Oriental. Os suspeitos do seu assassínio foram a julgamento e revelou-se que eles tinham sido raptados, mantidos incomunicáveis e torturados pelos militares, obviamente para lhes arrancar "confissões". Um detalhado relatório da Fundação Para a Ajuda Legal (Yayasan Lembaga Bantuan Hukum Indonesia *ou YLBHI), publicado em Março, sugeriu que Marsinah tinha sido de facto morta no Comando Militar do Distrito. A imprensa indonésia publicou à exaustão histórias sobre Marsinah, levantando quase sempre a questão da intervenção militar em disputas laborais.*

Mas a causa fundamental para a crescente agitação foi sempre as violações básicas dos direitos dos trabalhadores, desde os despedimentos por participação em greves, passando pela supervisão militar nas negociações laborais, até à interdição de todos os sindicatos que não fossem o SPSI, o único oficialmente reconhecido.

Os exemplos que se seguem são esclarecedores. Cerca de 150 mulheres trabalhadoras da fábrica PT Dusa Busana Danastri, *que fabrica os* jeans Denim, *abordaram a Comissão Nacional de Direitos Humanos, em 3 de Março de 1994, para se queixarem das degradantes "inspecções de cuecas" feitas pelos guardas da segurança, quando elas requerem a folga por menstruação, que lhes é garantida por lei. (...). Estas mesmas mulheres queixaram-se de estar a ser pressionadas a demitir-se, certamente para a empresa economizar o custo do aumento dos seus salários. Confrontado com estas queixas, o comprador americano dos* jeans *da* Dusa Busana Danastri, *a* Levi Strauss Inc., *cortou as suas relações com a firma. (...).*

Em meados de Março, 85 trabalhadores da empresa de madeiras PT Iradat Puri, *em Palu, Sulawesi Central, queixaram-se que não recebiam salários há onze meses, devido à situação de quase bancarrota da empresa e ao abrandamento da actividade da indústria de madeiras. Os trabalhadores viviam num complexo de casas construídas no local de trabalho e eram obrigados a apresentar-se todas as manhãs, mesmo que não tivessem nada para fazer, nem houvesse dinheiro para lhes pagar. Ao mesmo tempo, diziam-lhes que se eles arranjassem outro emprego seriam despedidos, perdendo assim o seu alojamento e não recebendo qualquer indemnização. Apresentaram queixa no escritório do sindicato oficial controlado pelo governo, o SPSI, (...), e no escritório provincial do Ministério do Trabalho, mas não obtiveram resposta. Quando inquirido por um repórter local sobre a razão por que o SPSI parecia estar sempre do lado da empresa nos casos de disputas laborais, o director explicou que a maioria das empresas na província tinham uma gestão familiar e, por isso, era preferível resolver as disputas dentro da família do que através da intervenção exterior do seu escritório.*

As reformas anunciadas pelo Ministro do Trabalho em Janeiro de 1994 não tiveram qualquer efeito visível no começo de Maio, no sentido de aumentar a liberdade de associação ou de diminuir o envolvimento militar nas disputas laborais. E para maior agitação dos trabalhadores, os empresários descobriram inúmeras formas de dar a volta às novas leis respeitantes ao salário mínimo. (...). É natural que os trabalhadores esperassem que o aumento dos salários tão largamente difundido pelos meios de comunicação significasse um aumento real no dinheiro que trariam para casa, mas, para muitos, o aumento previsto não se materializou. Assim, quando um outro aumento, anunciado em Janeiro, foi levado a efeito em 1 de Abril, a maioria dos trabalhadores sabia o que é que lhe competia receber e estava preparada para tomar qualquer tipo de atitude, se não o recebesse."

VI JORNADAS DE TIMOR DA UP

No princípio do mês de Outubro decorrerão as VI Jornadas de Timor da Universidade do Porto, organizadas pelo Prof. Barbedo de Magalhães, o Prof. Alberto Amaral e o Prof. Nuno Grande.

O programa inicia-se no dia 4 pelas 18h00 na Reitoria daquela Universidade.

Individualidades e activistas provenientes de diversos países, como Tailândia, Malásia, Filipinas, EUA e Indonésia, participarão em sessões internacionais que serão abertas ao público.

Nas sessões nacionais, a ter lugar a 29 de Outubro e 18 de Fevereiro em Lisboa, serão apresentadas comunicações que versam sobre História e Cultura de Timor Leste, a Comunidade Internacional perante o problema e perspectivas para o futuro.

AUSTRÁLIA: CONTRA O *TIMOR GAP*

A solidariedade australiana, em coordenação com as delegações

das organizações políticas timorenses naquele país, vai promover em 15 de Outubro próximo um Dia Nacional de Acção contra o envolvimento do governo de Camberra e das empresas petrolíferas australianas no tratado do *Timor Gap*.

A iniciativa coincide com o início dos trabalhos de perfuração no Mar de Timor por um consórcio formado pelas companhias *BHP* (sediada em Melburne), *Petroz, Santos* e *Sagasco* (com sede em Sydney).

Simultaneamente, será também o princípio de uma campanha que terá o seu ponto alto na passagem do 3º aniversário do massacre de Santa Cruz.

Visando a preparação daquela iniciativa, panos têm sido colocados - "*Tropas indonésias fora de Timor Leste*", "*Timor Leste - Libertação já!*" - e panfletos têm sido distribuídos nas principais cidades australianas (Sydney, Adelaide, Perth, etc.).

Aproveitando a visita do Vice-presidente indonésio, gen. Try Sutrisno, realizou-se uma concentração à porta da embaixada da Indonésia em Camberra e, no dia 23, uma outra junto aos escritórios do Departamento de Defesa em Sydney.

Nesse mesmo dia e no dia seguinte naquela cidade teve lugar uma sessão cultural a favor dos órfãos timorenses em que actuaram conhecidos grupos *rock* australianos como os *Midnight Oil, Painters and Dockers* e os *Mental as Anything*, além de artistas timorenses como Agio Pereira.

N.ZELÂNDIA: X.GUSMÃO ESCREVE AO PM

Culminando um bem sucedido *speaking tour* pela Nova Zelândia,

organizado pela solidariedade deste país, o representante do CNRM em Melburne Abel Guterres entregou a uma comissão de 16 parlamentares uma carta enviada pelo Comandante Xanana Gusmão da prisão de Cipinang para o Primeiro Ministro da Nova Zelândia Jim Bolger.

A missiva seria depois entregue pessoalmente ao PM por três deputados que aproveitaram a oportunidade para abordar com Bolger a ocupação de Timor pela Indonésia.

Na carta, Xanana expressa a sua satisfação pelo novo interesse manifestado pelo PM neozelandês relativamente à situação dos direitos humanos naquele território. Alerta, porém, para o facto de ser "*impossível pensar no fim da violação dos direitos humanos em Timor Leste enquanto o cerne da questão não for devidamente considerado*". E estende esse alerta para os perigos representados pelo chamado encontro de "reconciliação" promovido pela Indonésia, pois "*o que acontece em Timor não é um conflito entre timorenses. Não são os timorenses que andam a matar-se uns aos outros. São as forças de ocupação indonésias que continuam a perseguir, a prender, a torturar e a massacrar a população indefesa*".

Xanana termina apelando a Jim Bolger "*para continuar a dar atenção ao problema de Timor Leste e pressionar Jacarta (...) para aceitar o diálogo com a Resistência timorense*".

UE/ASEAN: PARA ALÉM DOS ECUS

Decorreu em Karlsruhe, Alemanha, em 22 e 23 de Setembro,

mais um encontro dos Ministros de Negócios Estrangeiros da União Europeia e da ASEAN (Associação das Nações do Sueste Asiático, que engloba o Brunei, as Filipinas, a Indonésia, a Malásia, Singapura e a Tailândia).

A questão dos direitos humanos constava da agenda e aguardava-se, com alguma expectativa, que a situação de Timor fosse abordada. Após difíceis negociações de bastidor, em que os parceiros de Portugal tentaram demover o nosso país de levantar o problema, chegou-se a um consenso em que a questão seria referida pelo Presidente da sessão no seu discurso de abertura não figurando no comunicado final.

Importa salientar que a nível de contactos bilaterais, não foi só a diplomacia portuguesa que fez sua a causa timorense. De acordo com o diário irlandês *Irish Times* de 23 de Setembro, o MNE deste país, Tom Kitt, expressou ao seu homólogo Ali Alatas as preocupações irlandesas pela política indonésia em Timor Leste durante a reunião UE/ASEAN.

A solidariedade alemã também esteve presente em Karlsruhe. A *Gesellschaft für bedrohte Völker* (Sociedade pelos Povos Ameaçados) e a secção local da Amnistia Internacional, convocaram uma concentração para defronte da Câmara Municipal - onde os ministros se deslocariam para assinar o livro de honra da cidade - para protestar "*contra o genocídio em Timor Leste*". Porém, à última da hora, o Ministério do Interior do Estado de Baden Würtemberg proibiu a manifestação invocando que a mesma poderia dar a oportunidade a grupos extremistas de provocarem distúrbios. A polícia obrigou à retirada dos panos que se encontravam dispostos na igreja protestante defronte da Câmara e cujo conteúdo tinha o acordo do respectivo pastor. Nesses panos podia lêr-se: "*Indonésia: 19 anos de genocídio em Timor Leste*", "*Ministros da Europa: parem a ocupação de Timor Leste*" e "*200.000 mortos: porque exporta a Alemanha barcos de guerra para a Indonésia?*".

Em comunicado de imprensa, o presidente da Sociedade pelos Povos Ameaçados, Tilman Zülch, lembrou às autoridades que se impediam "*duas organizações internacionais de direitos humanos com estatuto consultivo junto da ONU de protestar contra o genocídio é porque não aprenderam nada com o Holocausto*".

José Amorim Dias, o representante do CNRM para a Europa que se encontrava presente, lamentou o comportamento anti-democrático das autoridades alemãs e lembrou que na sua pátria "*era também sempre assim*".

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1000 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317